

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.363.976 - DF
(2018/0242196-2)**

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
EMBARGANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
EMBARGADO : WENDER BERNARDES DOS REIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ASSIST. MP : ADRIANE SILVA CAVALCANTE
ADVOGADO : JOSÉ SEVERINO DIAS - DF019736

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios opostos contra a decisão desta relatoria que deu parcial provimento ao recurso especial do ora embargado.

O embargante sustenta erro material no julgado, uma vez que 1/8 de 14 anos (diferença entre a pena mínima de 6 anos e a máxima de 20 anos para o delito de homicídio) resulta em 1 ano e 9 meses e não 1 ano e 8 meses. Assegura que a pena final em relação ao homicídio de Saulo deveria ter sido fixada em 7 anos e 11 meses e em relação à tentativa de homicídio de Leandro, que deveria ter sido fixada em 5 anos, 2 meses e 14 dias.

Pugna pelo acolhimento dos aclaratórios para que sejam corrigidas as reprimendas.

É o relatório. Decido.

Há erro material parcial no julgado embargado.

De início, afasto o argumento de que o aumento proposto na primeira fase da pena está equivocado.

O intervalo entre a pena mínima e máxima do crime de homicídio simples é de 14 anos, sendo que 1/8 desse intervalo resulta em 1 ano e 8 meses, de forma arredondada para maior.

No entanto, deve ser corrigida a pena em razão de erro verificado na segunda fase para a vítima Saulo e na primeira fase para a vítima Leandro.

Passo ao refazimento da dosimetria.

Com relação à vítima Saulo, fixo a pena-base acima do mínimo legal, em 9 anos e 6 meses de reclusão. Na fase intermediária, consideradas a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência, deve ser mantida a compensação entre ambas. Considerada, ainda, a circunstância atenuante descrita no artigo 65, III, "c",

Superior Tribunal de Justiça

do Código Penal, e mantida a fração de 1/6, deve a pena ser atenuada ao patamar de 7 anos e 11 meses de reclusão.

Com relação à vítima Leandro, fixo a pena-base acima do mínimo legal, em 11 anos e 4 meses de reclusão. Na fase intermediária, considerada a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência, fica mantida a compensação entre ambas. Considerada, ainda a circunstância atenuante descrita no artigo 65, III, "c", *do Código Penal*, e, mantida a fração de 1/6, deve a pena ser atenuada ao patamar de 9 anos, 5 meses e 10 dias de reclusão. Na etapa final, sem causas de aumento e considerada a causa especial de diminuição da pena descrita no § 1º, do artigo 121, do Código Penal, fica mantida a atenuação da pena no seu patamar mínimo de 1/6 (um sexto), resultando no *quantum* de 7 anos, 10 meses e 13 dias de reclusão. Ainda nessa fase, considerada ainda a causa de diminuição relativa à tentativa, conservo a redução à fração de 1/3 (um terço), resultandoa reprimenda em 5 anos, 2 meses e 28 dias de reclusão.

Diante do concurso material, somadas as reprimendas, atinge-se o montante de 13 anos, 1 mês e 28 dias de reclusão, em regime fechado.

Ante o exposto, acolho os presentes aclaratórios nos termos supramencionados.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator